

PLANO DE TRABALHO (ACT) Nº 5324533/2024

<p>PLANO DE TRABALHO</p> <p>PARA</p> <p>ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA</p>

PLANO DE TRABALHO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2024

1 – DADOS CADASTRAIS

PARTICIPE 1: SECRETARIA NACIONAL DE PERIFERIAS

CNPJ: 05.465.986/0005-12
 Endereço: Setor de Grandes Áreas Norte, 906 Módulo F, Bloco A, Ed. Celso Furtado Cidade: Brasília Estado: DF
 CEP: 70.067-901
 DDD/Fone: 61) 2108-1548/ 1652
 Esfera Administrativa: FEDERAL
 Nome do responsável: Guilherme Simões Pereira (Portaria MCID nº 535 de 15 de maio de 2023)
 Cargo/função: Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades

PARTICIPE 2: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CNPJ: 28.523.215/0001-06,
 Endereço: Rua Miguel de Frias, nº 9, Icaraí Cidade: Niterói
 Estado: RJ
 CEP: 24220-900
 DDD/Fone:
 Esfera Administrativa (Federal, Estadual, Municipal): Federal
 Nome do responsável: ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA
 Cargo/função: Professor/Reitor - Portaria de nomeação: Decreto Presidencial datado de 22 de novembro de 2022, e publicado no Diário Oficial da União Edição 219-A, Seção:2.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Metodologias de mapeamento e de gestão de riscos de desastres em áreas urbanas, aplicadas à atualização do Plano Municipal de Redução de Risco de Niterói e Angra dos Reis	
PROCESSO nº: 80000.008044/2024-01	
Início (mês/ano): 01/04/2024	Término (mês/ano): 01/10/2025
Tipo de Projeto:	() Ensino () Pesquisa (X) Extensão () Desenvolvimento institucional () Inovação

Acordo de Cooperação Técnica para Atualização de Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) no Município de Niterói e Angra dos Reis

3. DIAGNÓSTICO

O Plano Municipal de Redução de Riscos tem importante papel no conhecimento técnico sobre os riscos existentes no território municipal e sobre as áreas prioritárias que deverão ser objeto de investimentos com intervenções estruturais e não estruturais para redução dos riscos identificados. Logo, é requisito fundamental para as ações do Ministério das Cidades em prevenção e mitigação de riscos de desastres. Em 2006, coordenado pelo Ministério das Cidades, a publicação do livro “Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais”, desenvolveu um importante material para orientar técnicos e gestores governamentais na elaboração de PMRR. Por sua vez, em 2007, houve a consolidação metodológica do mapeamento de risco qualitativo por meio da publicação do livro “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios” em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (Carvalho et al; 2007).

A demanda pela elaboração e atualização dos PMRR tem sido crescente e, diante do fato em 2008, o Ministério das Cidades em parceria com a Universidade Federal de Fluminense (UFF) promoveu capacitação que resultou na publicação “Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais: Curso de Capacitação”. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil formalizou este plano setorial como instrumento da gestão de risco de desastres, por meio da Lei nº 12.608, artigo 22, o qual cita-o como “plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre”.

Neste sentido, o presente ACT visa atualizar, em parceria entre o Ministério das Cidades e a Universidade Federal Fluminense, o Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Niterói e Angra dos Reis, como forma de implementação da Lei 12.608/2012 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, fixado pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, o ODS 11.

4. ABRANGÊNCIA

População das Comunidades em área de risco dos municípios de Niterói e Angra dos Reis.

5. JUSTIFICATIVA

Da importância da proposta

A elaboração dos PMRR dos municípios de Niterói e Angra dos Reis ocorrerão no contexto da nova abordagem das Nações Unidas para a construção de Cidades Resilientes, partindo da atualização e qualificação do conhecimento disponível sobre os riscos associados a deslizamentos de terra, inundações, processos erosivos avançados, sobretudo nas áreas de assentamentos precários destes municípios. Será realizada a setorização, estimativa de moradias afetadas, estabelecimento de graus de risco, indicação de tipologias de intervenção necessárias para a redução ou eliminação dos riscos em cada setor mapeado, hierarquização dos setores prioritários para intervenção, estimativa de custo para execução das intervenções, e síntese dos estudos na forma de um plano estratégico para a redução ou erradicação das situações de riscos identificadas.

As áreas selecionadas para realização do mapeamento de risco deverão ser pactuadas junto com a equipe da prefeitura, por exemplo a Defesa Civil municipal, acrescida dos mapeamentos da CPRM e de métodos de prospecção e análises adicionais. O mapeamento deverá atender necessariamente as moradias localizadas em locais desfavoráveis à ocupação, seja em morros de altas declividades ou em fundos de vale e, próximas aos cursos d'água, conforme histórico de ocorrência de acidentes registrados anteriormente.

As comunidades nas áreas selecionadas deverão ser parte no processo de mapeamento de risco sempre que possível, além da realização de audiência pública, pois a participação social no PMRR constitui importante subsídio para as políticas municipais de desenvolvimento urbano e ambiental, de provisão habitacional e de inclusão social, bem como para o estabelecimento de ações de gerenciamento de riscos que envolvam os três níveis de governo.

Dos interesses recíprocos:

O Brasil sofreu uma rápida e intensa urbanização a partir do século XX, acompanhada da intensificação da ocupação irregular e precária em áreas impróprias, especialmente em encostas e planícies de inundação, principalmente por populações com maior vulnerabilidade socioeconômica. Esse ambiente de desigualdade social na ocupação do território potencializou a ocorrência dos desastres, entre os quais se destacam aqueles associados a movimentos de massa e inundações. Apesar dos inúmeros esforços do Governo Federal para o desenvolvimento recorrente de ações preventivas à desastres, ainda não havia uma estrutura que fosse responsável pelas áreas onde há ocupação de populações mais vulnerabilizadas. Assim, em 2023, a Secretaria Nacional de Periferias – SNP do Ministério das Cidades, foi criada por meio do Decreto nº 11.468 de 5 de abril de 2023. A SNP visa contribuir no combate à desigualdade socioespacial nas periferias das cidades brasileiras, em diálogo próximo com a infinidade de iniciativas populares protagonizadas por agentes diversos que, na ausência de políticas públicas, atuam para a redução e enfrentamento desta desigualdade.

Dentre as atribuições desta Secretaria, está a proposição e implementação de ações relacionadas à gestão de riscos de desastres de origem climática no planejamento urbano, como a elaboração de plano local de prevenção de desastres de origem climática e a execução de obras de contenção de encostas, de macrodrenagem, de controle de cheias, de micro drenagem e de soluções baseadas na natureza. Com isso, a demanda pela elaboração e atualização de Planos Municipais de Redução de Riscos (estratégia que vem sendo realizada desde 2003) têm sido frequentes pelos municípios brasileiros, de maneira a promover melhorias em suas ações de planejamento urbano e a implementação de ações preventivas em áreas urbana com risco de desastres, contando com a participação popular o mapeamento de riscos, as tipologias e custos de ações estruturais propostas e o mapeamento de ações não estruturais. A partir daí a experiência deste Ministério das Cidades com a Universidade Federal Fluminense, conduzirá ao estabelecimento de parceria para a elaboração/revisão dos planos municipais de redução de riscos, no (s) município (s) de Niterói e Angra dos Reis que contemplará:

- a) elaboração e/ou atualização do mapeamento das áreas de risco de assentamentos urbanos precários, propensas a, no mínimo, enchentes, erosão acelerada e, movimentos gravitacionais de massa, focando nos agentes deflagradores em cada caso. Podendo ser mapeadas áreas propensas a outros processos de acordo com a realidade local dos municípios;
- b) plano de intervenções estruturais e obras para os setores de risco, bem como estimativa de recursos financeiros para sua implementação;
- c) propostas de intervenções alternativas/complementares utilizando soluções baseadas na natureza, quando cabível;
- d) proposta de ações e medidas não estruturais para a gestão de risco de desastre; e
- e) realização de mobilização comunitária na perspectiva de gestão de risco participativa, conforme especificado no Guia para elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco: apontamentos técnicos para inovações metodológicas.
- f) elaboração de Plano Municipal de Redução de Riscos no (s) Município (s) de Niterói e Angra dos Reis, a ser executado no Estado do Rio de Janeiro.

Do público-alvo

Público-alvo do (s) município (s) de Niterói e Angra dos Reis.

Dos resultados esperados

Elaboração e validação do Plano Municipal de Redução de Riscos do(s) município (s) de Niterói e Angra dos Reis

6. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

O objetivo do presente Acordo de Cooperação Técnica é a elaboração e validação do Plano Municipal de Redução de Riscos a ser executado nos municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, conforme especificações estabelecidas neste plano de trabalho.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Da colaboração do Ministério das Cidades

- a- Constituição de equipe técnica para viabilização das atividades necessárias para a atualização do PMRR do município:

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), designará equipe técnica específica para apoiar a atualização do PMRR dos Municípios de Niterói e Angra dos Reis, conjuntamente com a Universidade Federal Fluminense. Esta equipe viabilizará, junto à Fundação Oswaldo Cruz e sua Fundação de Apoio, os materiais e meios necessários para a realização de reuniões, oficinas e as atividades de campo para a atualização do PMRR pela Universidade.

b- Alinhamento com os gestores Municipais:

A Secretaria Nacional de Periferias realizará a articulação com os gestores municipais para a elaboração/atualização dos PMRR em cooperação com as universidades.

c- Realização de oficinas e reuniões com os coordenadores dos PMRR:

A Secretaria Nacional de Periferias realizará reuniões técnicas periódicas para acompanhamento, avaliação e monitoramento das atividades de construção/atualização dos PMRR e troca de experiência entre as universidades participantes da estratégia.

d- Aquisição de material de consumo e material permanente para a execução das atividades de campo e análise de dados:

A Secretaria Nacional de Periferias realizará gestão junto à Fiocruz para aquisição do material previsto pelo Coordenador do PMRR da UFSC, para realização das atividades de campo necessárias à atualização do PMRR.

e- Avaliação dos Relatórios Intermediários e Final dos PMRR:

A Secretaria Nacional de Periferias realizará a avaliação e aprovação, ou pedido de complementação, dos Relatórios Intermediários e Final dos PMRR.

f- Publicação Relatório Final dos PMRR:

A Secretaria Nacional de Periferias realizará a publicação dos Relatórios Finais dos PMRR.

Da colaboração da Universidade

a) Realização do mapeamento e o diagnóstico de riscos envolvendo a delimitação de setores, a estimativa de moradias afetadas e o estabelecimento de graus relativos de risco.

b) Indicação das tipologias de intervenção necessárias para a redução ou controle dos riscos em cada setor mapeado, tais como medidas estruturais e não estruturais, considerando soluções baseadas na natureza e participação social.

c) Incorporação do conhecimento das comunidades em risco na elaboração dos mapeamentos e na proposição de ações, de forma a proporcionar sua coprodução e apropriação para aumento da resiliência local.

d) Propor critérios de hierarquização dos setores prioritários para execução das intervenções.

e) Elaboração de um plano estratégico para o monitoramento, redução ou controle das situações de riscos nas áreas mapeadas dos municípios sob estudo.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades

Gestor: Guilherme Simões Pereira (Portaria Casa civil nº1.114 de 24/01/2023 e Portaria MCID nº 535 de 15 de maio de 2023)

9. RESULTADOS ESPERADOS

Os Resultados esperados oriundos do presente Acordo de Cooperação Técnica, envolvem o Estabelecimento de metodologia para construção do Plano de Redução de Riscos para o (s) Município (s) de Niterói e Angra dos Reis, com base no Guia para elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos da SNP/Cidades, bem como a validação e divulgação do Plano de Redução de Riscos desse (s) Município (s)

10. PLANO DE AÇÃO

Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1 Planejamento da execução do PMRR	Descrição da metodologia e das atividades que serão realizadas para a elaboração do PMRR.	UFF-Niterói e Angra	Mês 01	Previsto
	Constituição da equipe técnica	UFF-Niterói e Angra	Mês 01	Previsto
	Viabilização da contratação da equipe técnica	Ministério das Cidades	Mês 02	Previsto
	Elaboração do plano de trabalho e cronograma de atividades.	Ministério das Cidades e UFF-Niterói e Angra	Mês 01	Previsto
	Articulação para a Formação de comitê gestor municipal (representantes das secretarias municipais responsáveis pelas áreas de Assistência Social, Habitação, Obras, Planejamento, Segurança, Defesa Civil, Infraestrutura, Habitação, Saúde, entre outras, à depender da organização administrativa do município);	Ministério das Cidades e UFF-Niterói e Angra	Mês 01	Previsto
	Realização de Reunião Geral do comitê gestor municipal, com as lideranças comunitárias para apresentação da proposta de trabalho e pactuação do suporte logístico e segurança operacional dos trabalhos - incluir a definição dos participantes essenciais a serem convidados, os representantes das comunidades, locais e horários de realização da reunião que priorizem o acesso das comunidades em risco envolvidas no trabalho	Ministério das Cidades e UFF-Niterói e Angra	Mês 01	Previsto
	Definição de estratégia de identificação de lideranças locais, organizações comunitárias e representantes reconhecidos pela comunidade que atuem nas áreas de estudo, a fim de mobilizá-los para participar do processo de mapeamento de risco	UFF-Niterói e Angra	Mês 02	Previsto
	Viabilização de aquisição de material para identificação das equipes de campo (kit de campo PMRR)	Ministério das Cidades	Mês 02	Previsto

		Elaboração e entrega de Relatório contendo o plano de trabalho, detalhamento dos procedimentos metodológicos e das atividades; cronograma; registro das reuniões da equipe técnica executiva, do comitê gestor municipal e da reunião geral.	UFF-Niterói e Angra	Mês 02	Previsto
2	Mapeamento de Risco	Realização de levantamento de dados secundários (cadastros, relatórios técnicos, trabalhos científicos, base cartográfica, mapeamentos prévios, registro de acidentes etc.)	UFF-Niterói e Angra	Mês 02	Previsto
		Seleção das áreas prioritárias para o mapeamento de risco a partir dos dados secundários e da indicação do comitê gestor municipal - o mapeamento deverá atender necessariamente as localidades de assentamentos precários suscetíveis aos principais processos recorrentes e significativos no município (movimentos de massa, erosão, inundação, impactos de marés e processos correlatos locais ou regionais e outros associados à crise climática).	UFF-Niterói e Angra	Mês 03	Previsto
		Reconhecimento geral das áreas que serão mapeadas com levantamento de dados temáticos de solo, uso e ocupação, declividade das vertentes e correlatos.	UFF-Niterói e Angra	Mês 02	Previsto
		Viabilização das atividades de campo	Ministério das Cidades	Mês 03	Previsto
		Realização de reuniões de trabalho com lideranças comunitárias e agentes públicos e coletivos dos territórios para apresentação e validação do plano de trabalho	UFF-Niterói e Angra	Mês 03, 04 e 05	Previsto
		Análise da vulnerabilidade sociais, climáticas e de infraestrutura dos assentamentos urbanos precários a serem mapeados.	UFF-Niterói e Angra	Mês 03	Previsto
		Realização de Registro fotográfico, utilizando veículo aéreo não tripulado (VANT/Drone) - identificação das áreas municipais de estudo na escala que abranja bairros, trechos de bairros ou microbacias, com o objetivo de identificar os territórios municipais que serão mapeados, em detalhe.	UFF-Niterói e Angra	Mês 03 a 05	Previsto
		Viabilização de aquisição de equipamentos necessários para a execução dos registros das áreas, bem como análise de dados (drones e computadores)	Ministério das Cidades	Mês 04	Previsto
		Viabilização dos recursos necessários para a realização das atividades de campo	Ministério das Cidades	Mês 03 a 06	Previsto
		Análise dos processos geodinâmicos e hidrodinâmicos potenciais, características socioambientais, de vulnerabilidade e de infraestrutura das localidades periféricas mapeadas – cruzamento entre dados secundários e dados primários com visita técnica casa a casa/caso a caso e entrevistas/oficinas comunitárias	UFF-Niterói e Angra	Mês 03 a 06	Previsto
		Realização de oficina (s) técnica (s) com comitê gestor municipal para capacitação técnica sobre mapeamento de risco com conteúdo teórico e prático, incluindo visita técnica a uma área de risco do município	UFF-Niterói e Angra / Ministério das Cidades	Mês 03 a 06	Previsto
		3	Elaboração da Proposta de Plano Municipal de Redução de Riscos	Realização da Indicação de intervenções estruturais para os setores de risco alto – R3 e muito alto – R4.	UFF-Niterói e Angra
Estimativa de custos para intervenção nos setores de risco alto e muito alto com base na tabela SINAPI.	UFF-Niterói e Angra			Mês 07 a 11	Previsto
Indicação do número de moradias (unidades habitacionais) e estimativa de famílias por setor de risco.	UFF-Niterói e Angra			Mês 07 a 11	Previsto
Definição de critérios para a hierarquização e definição da escala de prioridade para a implementação das intervenções estruturais;	UFF-Niterói e Angra			Mês 07 a 11	Previsto
Proposição de intervenções/ações não estruturais para a sustentabilidade do programa de prevenção de riscos na busca de Cidades Resilientes.	UFF-Niterói e Angra			Mês 07 a 11	Previsto
Proposição de intervenções/ações relacionadas a Soluções Baseadas na Natureza com estimativa de custos – preferencialmente, ou integradas às intervenções de engenharia, priorizando as soluções de baixo/menor custo	UFF-Niterói e Angra			Mês 07 a 11	Previsto
Realização de oficina técnica com comitê gestor da prefeitura para apresentação dos resultados do mapeamento de risco e as propostas de intervenção para ajustes/validação;	Ministério das Cidades e UFF-Niterói e Angra			Mês 10	Previsto
Devolutiva dos resultados por meio apresentação do estudo para validação dos resultados parciais pelas comunidades mapeadas.	Ministério das Cidades e UFF-Niterói e Angra			Mês 10	Previsto
Estruturação e entrega da proposta de Plano Municipal de Redução de Risco	UFF-Niterói e Angra			Mês 12	Previsto
4	Relatório Final de Atividades e Sumário executivo	Entrega do PMRR contendo o texto e os mapas de risco com arquivos vetoriais dos materiais cartográficos e imagens.	UFF-Niterói e Angra	Mês 13 a 16	Previsto
		Entrega do Sumário Executivo do PMRR para tomadores de decisão com os principais resultados e medidas indicadas em cada área mapeada (sugere-se	UFF-Niterói e Angra	Mês 13 a 16	Previsto

(assinado eletronicamente)

Guilherme Simões Pereira
Secretário
Secretaria Nacional de Periferias

(assinado eletronicamente)

Antônio Claudio Lucas da Nóbrega
Reitor
Universidade Federal Fluminense - UFF



Documento assinado eletronicamente por ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NOBREGA, Usuário Externo, em 26/09/2024, às 16:51, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Guilherme Simões Pereira, Secretário Nacional de Periferias, em 30/09/2024, às 10:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5324533** e o código CRC **48293A8E**.
